

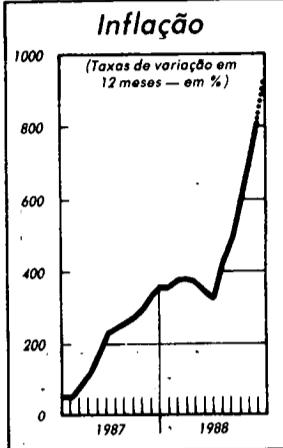
“Não vamos aumentar os impostos”

por Cláudia Safatle
de Brasília

“Nós pretendemos usar muito das idéias do professor Octavio Gouvêa de Buñhôes para a política monetária e fiscal de 1989. A decisão política do presidente Sarney é de que o governo não vai emitir títulos da dívida pública no ano que vem para financiar gastos. Vamos ver se é possível viabilizar essa decisão política no campo operacional. O presidente da República está determinado, como nunca ele esteve desde que estamos no governo.”

Essas declarações, feitas pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, a este jornal dão a dimensão da disposição do governo em fazer de 1989 o ano da “arrumação da casa”, para entregar ao próximo presidente, eleito em 15 de novembro, um Estado saneado e mais moderno.

“A reforma administrativa que o presidente Sarney quer promover vai marcar época”, adiantou Mailson: “O Poder Executivo,



Fonte: IBGE e Centro de Informações da Gazeta Mercantil
• Previsões a partir de uma taxa de 28,2%

principalmente a área econômica, está com as estruturas montadas para um Estado autoritário. A nova realidade constitucional amplia os poderes do Congresso Nacional, ao mesmo tempo que manete parte dos poderes do Executivo. Nem o governo nem o Legislativo estão preparados para exercer suas novas funções e a reforma administrativa deve preparar o Poder Executivo para essa nova era.”

A equipe econômica — Secretaria do Planejamento e Ministério da Fazenda — está prestando em conjunto a nova política fiscal e monetária, combinada

com a desindexação da economia a partir de fevereiro próximo: Para viabilizar a meta de déficit operacional zero em 1989, de que Mailson não abre mão, o governo vai tentar promover uma nova rodada de cortes nos gastos do setor público.

Para determinar a profundidade desses cortes, falta uma avaliação completa do novo Orçamento Geral da União para o ano que vem, aprovado pelo

Congresso. Esse orçamento não ajuda muito na tentativa de zerar também o déficit de caixa do Tesouro Nacional, evitando, assim, emissões de títulos, a não ser para a rolagem da dívida interna. A emissão de papel-moeda, garantiu ele, atenderá apenas às necessidades de liquidez da economia.

“Nós vamos ter que trabalhar com estreita colaboração do Congresso Nacional para buscar o déficit zero na execução financeira, num trabalho corpo a corpo. Mas uma coisa é certa: não vamos aumentar mais os impostos”, garantiu Mailson.

O orçamento aprovado pelo Congresso prevê uma colocação de títulos em 1989 de CZ\$ 2,5 trilhões, a preços de junho passado, cifra que pode chegar à casa dos CZ\$ 20 bilhões se corrigida monetariamente para preços médios em 1989. “Nós temos de reduzir isso”, advoga o ministro da Fazenda.

Para Mailson, “o ponto fundamental é que não dá mais para dar um tratamento gradualista de combate à inflação. A sociedade brasileira está cansada. Os empresários estão muito pessimistas e muitos es-

(Continua na página 3)

POLÍTICA ECONÔMICA

“Não vamos aumentar os...

por Cláudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

trabalhando com uma taxa de inflação de 3.000% para o ano que vem. O País não aguenta isso”.

O ministro da Fazenda faz, também, uma importante autocrítica. “O que talvez não tenha sido uma avaliação correta é que devíamos passar todo o ano de 1988 prestando medidas para fazer a desindexação em 1989 e supor que a inflação se manteria estável por todo esse período.

Não imaginávamos que a inflação fosse para 28%, 30%.

Falo, isso, hoje sem, nenhuma vergonha. Avaliei mal a capacidade da sociedade de esperar tanto.”

O programa de desindexação da economia ainda não está concluído. Ele se- rá levado à reunião do pacto social dia 11 de janeiro

próximo, mas ainda subsistem algumas divergências dentro da área econômica,

quanto à amplitude da de-

sindexação. O ministro da

Fazenda defende que a in-

flação prefixada para feve-

reiro — que ele não confirma — se será de um dígito ou mais — sirva para reajus-

tar preços e salários. A

partir do momento que a

inflação efetivamente rea-

lizada começará a cair — “e

vai cair mais rapidamen-

te” —, os demais setores

que têm seus ativos indexados à correção monetária

ou cambial serão natural-

mente afetados.

Há mais de dois meses

que Seplan e Fazenda estão

trabalhando nesse progra-

ma e ainda não chegaram a

um ponto comum, pois o

ministro do Planejamento,

João Batista de Abreu, te-

me que a economia acabe

se dollarizando-se a taxa de

câmbio não for abarcada

pela prefixação.

Mailson não fala em di-

vergências, mas argumenta

que o esquema de reposi-

ção dos resíduos — a dife-

rença entre a taxa prefixa-

da e a inflação apurada pe-

lo IBGE — seria impraticá-

vel para os papéis ao porta-

dor, negociados diversas

vezes ao dia no mercado fi-

nanceiro, regidos pela cor-

reção monetária. Prefixar

o câmbio seria outra provi-

gência perigosa, na medida

em que induziria os expor-

tadores a retardarem o fe-

chamento de câmbio, pos-

tergendo suas vendas para

depois da reposição do

resíduo. São problemas que

estão sendo objetos de dis-

cussão.

Como todas as mudanças

que o governo pretende im-

primir à política econômi-

ca a partir do ano que vem

terão de passar pelo crivo

do Congresso Nacional, o

ministro da Fazenda prevê

uma nova fase de relacio-

namento com o Legislativo.

“Dias atrás, um ex-

ministro me criticou muito

porque levantei algumas

teses, dizendo que ministro

da Fazenda não fala, mas

faz.”

A críticas desse tipo,

Nóbrega responde: “Ele

está errado. O ministro da

Fazenda fazia sem dar sa-

tisfações a ninguém nos

tempos autoritários. Hoje

ele tem que defender suas

ídias, convencer as pes-

soas e posso dizer que um

trabalho bem feito entre o

Legislativo e o Executivo

pode produzir resultados

surpreendentes”, apostou o

ministro, citando como

exemplo o episódio do acor-

do de renegociação da dívi-

da externa com o Clube de

Paris.

Um grupo de parlamen-

tares tentou rejeitar o pro-

jeto e isso implicaria em

rejeitar todo o acordo, tam-

bém com os bancos priva-

dos credores e com o Fundo

Monetário Internacional.

“Nós fizemos um trabalho

de esclarecimento e de con-

venção e o projeto foi

aprovado por 33 votos a fa-

vor e apenas 7 contra. In-

clusive o senador Fernando

Henrique Cardoso, que tem

sido um crítico da negocia-

ção externa, votou a favor

por estar ciente da impor-

tância de aprovar o acordo

com o Clube de Paris.”

A reforma administrati-

va terá de passar pelo Con-

gresso, será ampla, e Nóbrega

confirmou que em seu bojo

discute-se a idéia de acar-

bar com o Instituto de Adm-

inistração Financeira da Previd-

ência Social (Iapar) — na fusão dos mi-

nistérios da Saúde e Previ-

dência, passando a execu-

ção financeira para a alça-

da do Tesouro Nacional e a

ação fiscalizadora para a

Secretaria da Receita Fe-

deral.